



Anais da Assembleia

N.º 43

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 61ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1977 (SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Lúcio Machado.

Às 9,30 horas, é registrada a presença dos Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 177/76, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Andradá, ligando o distrito de Alto Alegre à sede do Município de Capitão Leônidas Marques. Parecer CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 117/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o rio Andradá, ligando o Distrito de Alto Alegre à sede do Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Justificativa:

Conforme já frisamos em apelos anteriores, todavia sem

atendimento até esta data, Capitão Leônidas Marques é um município de parcos recursos públicos, apesar de ser um dos maiores produtores de milho e com estimável produção de soja, feijão, arroz, suinocultura, etc.

Pela extensão territorial do município e por força da sua acidentada composição geográfica, a administração investe grande parte de sua disponibilidade em estradas, não encontrando fonte para suprir deficiências que o progressivo crescimento demográfico e sócio econômico interno impõe.

Não obstante, ocorre simultaneamente um fator especial que divide a sede municipal dos seus maiores e mais progressistas distritos: Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre, qual seja, o rio Andradá, que dificulta a comunicação e o transporte entre as respectivas regiões. Trata-se de um rio de porte médio, cuja única ligação ora existente é uma precária e rudimentar balsa, que serve de passagem de uma a outra margem, numa distância de aproximadamente 80 metros.

Tratando-se de uma estrada inter-municipal, que demanda aos Distritos de Juvinoópolis a Rio do Salto, pertencentes a Cascavel, ligando-se à BR-277, é imprescindível a participação interveniente do Estado na obra, para possibilitar o acesso e evasão dos produtos agrícolas daquela região.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei número 117/76

PARECER

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Andradá, ligando o distrito de Alto Alegre à sede do Município de Capitão Leônidas Marques.

Sem dúvida, a medida aqui pleiteada é louvável, justa e oportuna, pois viria ela, se concretizada, beneficiar uma importante região do nosso Estado, quer pela sua avantajada produção agrícola, quer pelo seu progressivo crescimento demográfico e que contribui para a riqueza e engrandecimento do Paraná.

Entretanto, o presente plano de lei contraria os artigos 25 e 35 da Constituição Estadual, os quais estabelecem que são da competência do Governador as leis que visem aumentar a despesa pública, não podendo, portanto, ser acolhido por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS DE ORÇAMENTO

Projeto de Lei número 117/76

PARECER

O presente Projeto de Lei número 117/76, de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Andradá, ligando o Distrito de Alto Alegre à sede do Município de Capitão Leônidas Marques.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestando a inconstitucionalidade da matéria, por ser matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme os Arts. 25 e 35 da Constituição Estadual.

Diante dos argumentos apresentados, temos a nos manifestar CONTRARIAMENTE ao Projeto de Lei em tela, opinando-se pela sua REJEIÇÃO, porém nos reservando em apoiar a iniciativa, caso o seu autor a queira transformar em sugestão ao Chefe do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

Parecer ao Projeto de Lei número 117/76

O projeto de lei número 117/76, de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Andrada, ligando o distrito de Alto Alegre à sede do município de Capitão Leônidas Marques.

Embora, com pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, no âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e analisando-se a justificativa apresentada, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1976.

(aa) DAVID FEDERMANN — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 3, às 14,00 horas, com a Ordem do Dia a ser anunciada na sessão ordinária de segunda-feira.

Levanta-se a sessão.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1977**

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Lázaro Dumont.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

OFÍCIO:

Sob o número 208/77, do Senhor Ronie Cardoso, Prefeito Municipal de Castro, encaminhando cópia de expediente enviado ao Senhor Antônio Ramin Silveira, Vereador daquela municipalidade, com informações a respeito das funções de Inspetor Policial. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que, ouvido o Plenário, se registre em ata um voto de congratulações para com a ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE LONDRINA, que neste dia 29 de abril comemora o seu 20º aniversário.

É de todo procedente o presente requerimento em virtude dos elevados e relevantes serviços de caráter benéfico prestados por aquela entidade.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pela passagem do 20º aniversário da Associação das Damas de Caridade de Londrina, cuja associação foi instalada no dia 29 de abril de 1957 por S. Eminência D. Geraldo Fernandes, Arcebispo de Londrina.

Pelos 20 anos de trabalhos benéficos dessa Associação, pelo idealismo de sua diretoria, justo é que registremos nos Anais desta Casa tão importante acontecimento.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando a inclusão no plano de obras a conservação e melhoria da estrada intermunicipal, que inicia no Município de Joaquim Távora, ligando ao município de Carlópolis, passando pelo distrito de Joá e os bairros de Bananeira, Três Corações e Abreus, indo terminar na estrada estadual que liga Carlópolis a Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 39/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, ao município de Pato Branco os lotes de terreno sob números três (3), quatro (4), cinco (5), seis (6), sete (7), oito (8), nove (9), dez (10), onze (11), doze (12), treze (13) e catorze (14), da quadra número um (1), e, os lotes de terreno sob números um (1), dois (2), três (3), quatro (4), cinco (5), seis (6), sete (7), oito (8), nove (9), dez (10), onze (11), doze (12), treze (13) e catorze (14) da quadra número dois (2), da Planta do Loteamento Bairro Bortot, da cidade de Pato Branco, sem benfeitorias, perfazendo a totalidade dos lotes a área de onze mil, novecentos e setenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados (11.971,50m²), com as divisas, limites e demais características constantes dos títulos transcritos sob números 11.489 e 11.894 no livro 3-J, do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Pato Branco a área de onze mil, novecentos e setenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados (11.971,50m²), para que possa aquela célula municipal fazer ali instalar uma fábrica de tubos e "meio fio", bem como

implantar uma usina para fabricação de material asfáltico, cujos produtos serão utilizados em favor de obras urbanas, na sede daquele município.

Tal medida, não resta a menor dúvida, virá trazer grandes benefícios a Pato Branco, a par da economia que se verá prosperar em seu proveito, o que por si só justifica a apresentação do presente projeto de lei.

Além disto, se estará retribuindo, uma vez concretizada a iniciativa, as doações que aquele município fez ao Estado de várias áreas, com a finalidade de serem construídos edifícios públicos, em cujas construções a administração municipal está comprometendo mais de trinta por cento de sua receita orçamentária para o presente exercício financeiro, doações estas a saber: a) lote urbano número 21, quadra 158, para a Cooperativa de Eletrificação Rural, com área de 774,90 m², no valor de Cr\$ 150.000,00; b) lotes números 9, 10 e 11 da quadra número 63, para a 5ª Sub-Divisão Policial, com a área de 3.267,00 m², no valor de Cr\$ 600.000,00; c) lotes números 5, 6 e 7 da quadra número 63, para o Centro de Saúde, com a área de 3.300,00 m², no valor de Cr\$ 600.000,00; d) área rural de 115 alqueires para o IAPAR — Instituto Agrônômico do Paraná, no valor de Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros); e) lotes números 1, 2 e 3 da quadra número 514, para o DETRAN, com área de 3.157,00 m², no valor de Cr\$ 300.000,00; f) uma área de 44.113,00 m², para a Fundação Educacional do Paraná, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 e, finalmente, g) apenas para esclarecer, informamos que o total das doações efetivadas atingem um total de Cr\$ 6.450.000,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros).

Em face de tais argumentos e das razões expendidas, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres e ilustres Pares, esperando que se lhe dê apoio e, ao final, a necessária e imprescindível aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “O Ministro do Planejamento, Reis Vellozo, afirmou à opinião pública brasileira, que o déficit comercial do País está praticamente chegando ao equilíbrio: A diferença entre as compras e vendas externas do Brasil, neste mês de abril, não deverá superar a casa dos 50 milhões de dólares.

Levando em conta que as próprias autoridades previam um déficit perto de 170 milhões de dólares para abril, o registro é positivo, criando novas alegrias nos corações dos brasileiros.

Aos poucos estamos observando o país caminhar para uma situação de superavit comercial. Quando tivermos esse superavit na área comercial, poderemos compensar o ainda restante déficit na conta de serviços e outras transações correntes, de modo a eliminar o pesado déficit global que o Brasil suportou desde 1974.

Todos sabemos que a atual situação de crise no balanço dos negócios com o exterior, começou com a súbita elevação dos preços do petróleo, em fins de 1973. Depois de um pesado total de balanço comercial da ordem de 4 bilhões de dólares em 1974, o Brasil veio baixando esse nível a cada exercício, chegando a pouco mais de 2 bilhões de dólares no ano passado. O que autoriza a previsão otimista do Ministro do Planejamento para o corrente exercício, em que as vendas brasileiras se mostram ativas com a soja, café e cacau liderando as exportações.

O momento é oportuno para considerarmos que o reequilíbrio está tendo, obtido graças ao sacrifício voluntário que os brasileiros aceitaram, nestes últimos anos. Foi preciso importar menos, para que, as despesas com o exterior não se avolumassem a ponto de por em perigo a estabilidade econômica do país.

Matérias primas para diversas indústrias, como plásticos, produtos químicos etc., foram praticamente congeladas, impondo dificuldades às empresas e à população.

A indústria automobilística está sendo submetida a um firme desaquecimento, com reflexos em toda a economia.

Como resultado dessa política de gradual redução das importações, o novo ajustamento impõe custos que são focos inflacionários. Todos suportamos o esforço do país pela sua estabilidade de balanço de pagamentos.

Mas sabemos que é um sacrifício passageiro, porque o Brasil tem grande potencial e haverá de se afirmar como Nação do futuro. Confiança no Brasil de amanhã é o lema que nos deve guiar na luta pela superação dos problemas de hoje.

Curitiba, 27 de abril de 1977”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Vem aí o novo salário mínimo, o salário do trabalhador brasileiro terá um novo aumento a partir do dia 01 de maio.

Amarga pergunta deverá ser encaminhada ao Governo Federal, se o nosso trabalhador vai ficar satisfeito com esse novo aumento; com esse novo aumento que aí está.

Pois o Governo anuncia a desaceleração da política salarial ao fazer uma previsão de que o custo de vida aumentou menos do que a realidade.

O Ministro Arnaldo Prieto, a quem respeitei como político e respeito como homem público, prepara a cena para a grande farsa do dia 01 de maio, Dia do Trabalhador.

Podem estar certos de que esta inflação galopante, sem controle, e que é um atestado da incapacidade dos Ministros da economia, dos Ministros da área econômica provocará uma decisão irreal de trabalho, pois o Ministro já anunciou que o custo de vida subiu 40 por cento neste último ano. 40 por cento é o cálculo do Ministro, 40 por cento é o cálculo dos tecnocratas de seu Ministério. Não importa que a lata de azeite de soja custe 15 cruzeiros, 16 cruzeiros ou 17 cruzeiros; e o arroz tenha subido mais de 40 por cento; que o açúcar está a preço primitivo; que a carne não pára de subir; que o leite em elevação, não se encontra nos mercados de Curitiba, nos super-mercados do Paraná, não importa, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nada disso importa. O que importa é que o trabalhador brasileiro terá que continuar sendo o transportador da grande carga destinada a um país que não vai mais “prá” frente, na concepção dos donos do Poder, porque na hora da verdade, todos sentiram que o milagre brasileiro é uma família viver com 700 e poucos cruzeiros, ou 300 e poucos cruzeiros, que ganha um “bóia fria”, do nosso querido Paraná.

Se o mundo inteiro fala em direitos humanos, em humanização, em paz e amor — e no Brasil se anuncia para maio, que o trabalhador brasileiro, recebendo por decreto novamente o direito de passar fome com os poucos cruzeiros que são destinados a ele, sua esposa e seus filhos, na terra da fartura, na terra do soja, do trigo, do feijão, do arroz, na terra dos milagres, o trabalhador continuará sendo depois do seu novo salário, o grande marginalizado. Herói esfomeado da maior de todas as batalhas: a batalha contra a miséria, da qual o povo brasileiro tem sido o grande derrotado”.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já há algum tempo foi manifestada a preocupação de inúmeros componentes da nossa estrutura técnica, quanto à preservação da Serra do Mar, para que a cidade de Curitiba e outras

comunas da região, tenham a garantia do abastecimento de água, no futuro.

Na oportunidade, também mencionaram os técnicos, o perigo que corre a cidade de Morretes, devido ao desmatamento, muitas vezes criminosa que, constantemente se faz nas regiões serranas.

Por outro lado, a própria economia paranaense, poderia ficar seriamente comprometida com o entulhamento da Baía de Paranaguá, como foi muito bem exposto o problema, quando nesta Casa esteve o eminente professor Bigarella, que o estudou detalhadamente.

O projeto, que aqueles técnicos formularam, foi encaminhado a órgãos públicos federais. Entretanto, está havendo alguma demora para as necessárias decisões. O que preocupamos, é possível que, quando essas decisões forem tomadas, já não exista muito a ser feito.

Porisso, Sr. Presidente, oferecemos à Casa, nesta manhã, um requerimento pelo qual pretendemos o encaminhamento de um ofício ao Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, encarecendo a necessidade urgente da criação do Parque do Marumbi.

Este requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, encarecendo a necessidade da urgente criação do Parque do Marumbi, abrangendo área da Serra do Mar, conforme projeto que há algum tempo foi sugerido por técnicos aos órgãos públicos federais competentes.

A providência é da maior importância, notadamente para a preservação dos mananciais de água que abastecem a Região Metropolitana de Curitiba, do seriamente ameaçado sistema viário que liga o litoral ao planalto, da cidade de Morretes e dos Portos de Antonina e Paranaguá que correm o risco de açoramento, em consequência do indiscriminado desmatamento de áreas serranas.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1977".

Na certeza de que este requerimento merecerá acolhida por parte dos Senhores Deputados, aguardamos as providências, certos de que os interesses paranaenses serão atendidos. — (com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. "Trabalhadores do Brasil...!"

Era a forma de saudação que fazia, ao dirigir-se aos trabalhadores brasileiros, o maior estadista que teve esta Nação, Getúlio Dornelles Vargas.

Está se aproximando o instante em que veredito, já previsto maléfico, vai sentenciar mais um ano de miséria e sacrifício às famílias brasileiras, às famílias trabalhadoras, às famílias laboriosas, às classes proletárias desta Nação.

Antevemos o fato e o acontecimento, com o pronunciamento feito em data de ontem pelo responsável pela economia das classes trabalhadoras desta Nação, o Sr. Ministro do Trabalho.

Vivemos realmente uma época apocalíptica, onde as taças do mal são desgarradas e atiradas ao povo porque, pela afirmativa do Sr. Ministro do Trabalho, de que a inflação foi contida e a resolução da reestruturação dos vencimentos não será aquela esperada pela classe, fica demonstrado com antecipação de que o trabalhador brasileiro, esse produtor da economia e da riqueza nacional, esse homem que com a família inteira é espoliado em seu trabalho, na sua atividade de produtividade, está fadado a mais um ano de recesso econômico.

Disse muito bem o Deputado Otássio Pereira, desta tribuna, que "este é um país dos milagres". Milagre de um brasileiro

permanecer passivo no sofrimento; milagre de ter a coragem de não dizer que seus filhos estão morrendo de inanição; milagre de aceitar, passivamente, declarações que podem ser consideradas até injuriosas em termos de justificativas, no instante que o trabalhador espera um aumento real de seus vencimentos para poder fazer face a suas necessidades.

Estamos antevendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, doze meses de maior sacrifício do homem que trabalha, a se iniciar no dia 1º de maio. Porque, segundo declarações do próprio Governo, de fonte autorizada deste Governo, o café, bebida corrente em todas as mesas do País, alcançará, até dezembro, o preço de 120 cruzeiros por quilo.

Segundo também declarações do Governo, a gasolina, produto básico da alta do custo de vida, se elevará a 10 cruzeiros o litro, até o final deste ano. Altas que correspondem a 700, 800 por cento do custo de vida!

Entretanto, o trabalhador, conforme declarações do Sr. Ministro do Trabalho, terá um aumento, em seus vencimentos, em sua rentabilidade, que não irá além de 44%.

Oxalá as esperanças deste povo sejam mantidas, porque, o Governo ao invés de se preocupar com os problemas econômicos da gente brasileira, preocupa-se com os problemas políticos, usando até de arbitrariedades para se manter de pé.

É preciso que o Governo acorde para a realidade, para os problemas sociais e econômicos da Nação.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que queríamos registrar na antevéspera do decreto que trará, sem dúvida, mais um veredito de miséria ao trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de anunciar, neste Plenário, as presenças do Sr. Prefeito Municipal de Pitanga, Sr. João Gonçalves e seu Chefe de Gabinete Odilo Padilha.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 216/73, que disciplina a função de despachante perante a Secretaria de Segurança Pública, exceto o DETRAN, e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 216/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A Secretaria de Segurança Pública poderá credenciar Despachantes para exercer atividades e praticar, nessa Secretaria, em nome de seus comitentes, todos os atos que independam de procuração excetuados os de competência do Departamento de Trânsito.

Art. 2º — São condições para a credenciação de Despachantes nos termos do artigo anterior:

I — fazer prova de:

- a) ser cidadão brasileiro, nato ou naturalizado
- b) ser maior de 21 anos;
- c) estar quites com o serviço militar;
- d) sanidade física e mental, com laudo médico expedido pela Secretaria de Saúde Pública;
- e) nível secundário de instrução, com comprovante de conclusão de curso secundário — 1º ciclo;
- f) idoneidade, com certidão negativa dos cartórios de Protestos de Títulos da Capital e, se residente no interior, do

Cartório local, e certidão negativa das Varas Criminais, Execuções Criminais, Distribuidor Cível e do Comércio, Falências e Concordatas dos últimos dez (10) anos;

g) identidade fiscal, com fotocópia autenticada do Cartão de Identificação de Contribuinte, fornecido pela Delegacia Regional do Imposto de Renda.

II — Submeter à prova de habilitação, por concurso, onde se comprovem conhecimentos sobre a legislação que rege a área administrativa onde vai operar;

III — Firmar termo de responsabilidade, garantido por caução, junto ao Tesouro do Estado, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), em moeda corrente do país, para responder por eventuais danos pecuniários ou materiais, ocasionados à Secretaria ou a terceiros.

Art. 3º — As Associações Cíveis registradas e reconhecidas como de utilidade pública, pela União ou pelo Estado, de natureza filantrópica ou assistencial, poderão, a critério do Secretário da Segurança Pública, ser credenciadas.

Parágrafo único — O preposto por elas indicado, deverá preencher os requisitos exigidos no artigo anterior.

Art. 4º — Ao Despachante abrangido por esta Lei, compete:

a) representar os interesses dos seus clientes, desde que autorizado por documento hábil;

b) encaminhar e acompanhar o andamento de processos e papéis de interesse de seus clientes, atendidas as disposições regulamentares dos serviços das repartições;

c) requerer certidões para instruir processos, solicitar informações sobre o respectivo andamento, bem como reclamar perante quem de direito no caso de demora na tramitação de requerimentos e processos;

d) pagar em nome dos seus representados quaisquer impostos, taxas ou multas.

Art. 5º — Cada Despachante poderá requerer ao Secretário da Segurança Pública a credenciação de um preposto, que indicará.

§ 1º — O preposto, como auxiliar, funcionará sob exclusiva responsabilidade deste;

§ 2º — Ao preposto aplicar-se-á, no que couber, a legislação aplicável ao Despachante, excetuado o disposto na letra "b", do item I, do artigo 2º.

§ 3º — O preposto deverá ter idade superior a 18 anos.

§ 4º — O Despachante firmará um termo de responsabilidade sobre os atos praticados pelo seu preposto, no exercício das respectivas funções, inclusive, pelas indenizações em que aquele incorrer por força de seu trabalho.

§ 5º — A credenciação do preposto, bem como a do Despachante será expedida em caráter precário.

Art. 6º — Incumbe ao Despachante credenciado:

a) tratar com urbanidade clientes e funcionários, respeitando o regime de disciplina que rege o serviço público;

b) diligenciar o rápido andamento dos interesses que lhe são confiados;

c) possuir livro de registro, de conformidade com modelo a ser estabelecido pela Secretaria, onde conste:

1 — nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio dos comitentes;

2 — os negócios de que estiver encarregado, com as respectivas conclusões e contas;

3 — os pagamentos recebidos.

d) apresentar o livro de que trata a letra anterior para exame sempre que a Secretaria assim o solicitar;

e) prestar contas e fornecer recibos aos seus clientes;

f) acatar as determinações das chefias das repartições e com elas cooperar;

g) manter em seus escritórios em lugar visível ao público, impressas e sem razuras:

A — tabela de honorários aprovada pelo Secretário da Se-

gurança Pública;

B — tabela de taxas dos órgãos da Secretaria, relativas aos serviços de sua atribuição.

h) comunicar, dentro de 24 horas, à Secretaria, a dispensa de preposto, bem como a devolução da respectiva credencial;

i) portar e exibir em lugar visível do vestuário, quando no exercício da função, cédula de identidade oficial expedida pela Secretaria;

J) identificar os processos que encaminhar nas respectivas repartições, com carimbo onde conste o nome do Despachante, resolução, data de nomeação e endereço do escritório;

L) instruir os processos que encaminhar, com o seguinte documento, além da documentação regular: comprovante padrão, fornecido pelo órgão, devidamente preenchido, devendo constar a autorização do cliente, bem como um orçamento de custo de seus honorários.

Art. 7º — É vedado ao Despachante, nos termos desta lei:

a) delegar a outrem, que não o preposto, suas atribuições definidas em Lei e regulamento;

b) aceitar o patrocínio de interesses que venham de qualquer modo, causar prejuízos a terceiros ou à administração pública;

c) manter conduta incompatível com o decoro da profissão;

d) desempenhar cargo ou função pública.

Art. 8º — Constitui impedimento legal para a credenciação de Despachante, ser o mesmo parente até 3º grau, inclusive na linha afinidade de funcionários da Secretaria de Segurança Pública ou à disposição dela.

Art. 9º — Pela infração de seus deveres profissionais na esfera administrativa fica o Despachante sujeito às seguintes sanções:

a) advertência e repreensão;

b) suspensão até 90 (noventa) dias;

c) cassação da credencial concedida.

Parágrafo único — As penas estabelecidas na letra "c", do artigo anterior, são aplicadas pelo Secretário da Segurança Pública e as das letras "a" e "b", são aplicadas pelo Diretor Administrativo da referida Pasta.

Art. 10 — A imposição das penas de que trata o artigo anterior será precedida de sindicância, mediante prévia notificação do acusado, pessoalmente ou por editais, com prazo de 5 (cinco) dias para justificar-se por escrito, dentro de 10 (dez) dias, facultada a juntada de documentos.

Art. 11 — Das decisões que importarem na aplicação de sanções, após pedido de reconsideração, caberá recurso à autoridade imediatamente superior, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, cuja decisão será irrecorrível.

Art. 12 — A Secretaria de Segurança Pública manterá em sua Seção de Pessoal o registro dos Despachantes credenciados, para efeito de anotação de sua vida profissional.

Parágrafo único — O uso indevido, por parte do Despachante, das prerrogativas aqui concedidas, importará na cassação da credencial, além da imposição das cominações legais decorrentes.

Art. 13 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do projeto de Lei número 153/75, que autoriza o Poder Executivo a transferir para o DER a conservação e melhoria da estrada GUARANIAÇU — ALTAMIRA. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei número 153/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem os encargos de conservação e melhoria do trecho de estrada que sai do município de Guaraniaçu, passa por Santa Luzia e segue até Altamira, município de Palmital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 149/76, que declara de utilidade pública "A Sociedade Cultural Santo Antônio", com sede na cidade de Ubatã. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 149/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a "Sociedade Cultural Santo Antônio", com sede na cidade de Ubatã.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 20º aniversário da Associação das Damas de Caridade de Londrina. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando se registre em ata, voto de congratulações para com a Associação das Damas de Caridade de Londrina, que neste dia comemora o seu 20º aniversário. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido da inclusão no plano de obras, a conservação e melhoria da estrada intermunicipal, que inicia no município de Joaquim Távora, ligando ao município de Carlópolis, passando pelo distrito de Joá e diversos bairros, indo terminar na estrada estadual que liga Carlópolis a Ribeirão Claro. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo a necessidade da urgente criação do Parque do Marumbi. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de solidariedade à imprensa paranaense, diante da covarde agressão sofrida pelo jornalista Marínio Neto, da sucursal de Londrina do jornal "O Estado do Paraná". — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja enviado expediente à Secretaria de Segurança Pública e à Federação Paranaense de Futebol, em forma de pedido de informações sobre as providências que esses órgãos tomarão, de forma efetiva e racional, no sentido de garantir a segurança do público e jogadores nas partidas de futebol. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo que, aparentemente, é um dos tantos requerimentos que por esta Casa passam, pedindo apenas informações e, nas entre linhas, providências.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a gente que tem acompanhado no Norte do Estado o desenrolar do campeonato paranaense, e tem assistido a verdadeiras batalhas campais, com o deslocamento de torcidas de uma cidade para outra, e o Deputado Valter Pietrângelo aponta no seu requerimento, dois casos verificados em duas cidades, mas eu tenho, inclusive, a impressão de que ele deve ter pego aleatoriamente duas rodadas apenas.

Cita o caso da cidade de Londrina, cita o caso da cidade de Paranavaí, envolvendo em ambos os casos a equipe do Londrina; num deles contra o Grêmio Esportivo de Maringá, noutro deles contra o Atlético Clube de Paranavaí.

E, por vezes várias e diversas, esta Casa tem trazido à berlinda da discussão, a situação em que se encontra o futebol paranaense, e em especial a Federação Paranaense de Futebol. E, todas as vezes em que se renovam os mandatos dos dirigentes da Federação Paranaense de Futebol, a imprensa do Paraná dando destaque à importância do fato, apresenta uma série de sugestões, proposições que, quase sempre, as chapas em disputa colocam como plataforma de administração e, passada a euforia das primeiras semanas de uma nova administração da Federação, tudo volta como dantes no campeonato paranaense.

Este ano, inclusive, como em vezes passadas, houve ainda a participação de determinados interesses políticos a presidir os destinos ou as eleições da Federação Paranaense de Futebol.

Lembro-me ainda, quando pela última vez o Sr. José Milani conquistou a Presidência da Federação Paranaense de Futebol, que elementos da Polícia Militar do Paraná, cercaram casas de eleitores em Maringá, para fazer com que os desejos do então Governador Haroldo Leon Peres fosse satisfeitos pela coação, pela violência e pela arbitrariedade que constituíam a essência mesma do espírito administrativo daquele que foi Governador do Paraná.

E, apesar disso, pelos chamados voto de procuração, mesmo assim, a área oficialista do Paraná foi derrotada e, mais uma vez, subiu à Presidência da Federação o Sr. José Milani. E, pelo que se viu, pelo que se ouviu, pelo que se sentiu, este ano também, com a eleição do novo Presidente da Federação Paranaense de Futebol a coisa não foi muito diferente.

Mas, os absurdos começam de uma forma tal que tirado o trio de ferro de Curitiba, tirada a Equipe do Londrina, exceção feita à equipe do Grêmio Esportivo Maringá, o futebol dito profissional do Paraná passa por uma crise gravíssima, não tendo mesmo condição de se sustentar e este Deputado sentiu na própria carne o problema que aí está, quando, na terça-feira da semana santa foi interpelado em plena rua de Curitiba, pelo chefe da Delegação da Associação Esportiva Recreativa Mourãoense, às 20,30 quando essa equipe, que, pelos ditamos da técnica moderna do atletismo deveria estar sob um severo regime de alimentação, reservando energias, cuidando do seu preparo físico, essa equipe — eram, Senhores Deputados, 8,30 da noite — e ainda não tinha, segundo a chefia da delegação, ingerido qualquer tipo de alimento, porque a renda que ela havia obtido contra um time aqui de Curitiba, no sábado, tinha sido de apenas 4 mil cruzeiros e, na divisão das coisas não sobrou nada para a equipe visitante. E esta equipe estava no Hotel Aeroporto. Já eram 8,30 horas da noite e ainda não havia ingerido qualquer alimentação. Por sorte, o chefe da delegação, que estava acompanhado do suplente de Vereador do MDB da cidade de Curitiba, conhecendo este Deputado, interpelou-me na rua e então, ao tomarmos conhecimento do fato pagamos o jantar da delegação da Associação Esportiva Recreativa Mourãoense.

Pasmem com a narrativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados,

chegarmos a este ponto, quando aqui se diz aos quatro ventos deste Estado, quando se diz aos quatro ventos do Brasil, que é o futebol-empresa o esporte desenvolvido.

Nós vemos e observamos, na vida atlética, esportiva do Brasil, um amadorismo que não é amadorismo e, muitas vezes, em nome deste espírito olímpico nós observamos a negativa constante de se dar, a esses esportistas, a estrutura para que eles tenham o mínimo de preparo para as competições que aí vêm. E eu ainda me pergunto: neste descabro todo em que está o futebol paranaense, como é que as nossas crianças vão aprender a divisão regional do Paraná, quando se diz por exemplo que: Campo Mourão pertence à região Sul, e Umuarama pertence à região Norte? Quando a professora, na escola estiver ensinando às nossas crianças a divisão regional do Paraná, virá um aluno que durante a semana inteira, pelos órgãos de comunicação social ficou aprendendo que o mourãoense, indo a União da Vitória, em plena região Sul, pertence conseqüentemente à região Sul?

E quando o Deputado Valter Pietrângelo pede as providências da Secretaria de Segurança para o estado de violência, constante, que existe hoje nas nossas praças esportivas, quando ele pede informações para a Federação Paranaense de Futebol, eu não sei, Srs. Deputados, se é caso de se pedir informações, se é caso de se solicitar providências. Há atletas profissionais no nosso Estado, hoje, totalmente desamparados pela CLT, passando fome, e segundo ainda informações da Imprensa, na cidade de Campo Mourão, durante uma semana os atletas profissionais pagos, remunerados para praticar esportes, passaram uma semana de preparativos para estrear no campeonato paranaense consumindo apenas milho verde, que conseguiam coletar nas lavouras circunjacentes daquela progressista cidade!

É este o quadro, é esta a paisagem que se pretende dar ao Estado que deseja ter 4, 5 ou 6 representantes no campeonato nacional!

Pujança econômica para tanto não falta ao Estado do Paraná, senão vejamos as arrecadações que são obtidas na cidade de Umuarama, as arrecadações que são obtidas na cidade de Maringá como por exemplo no domingo passado, a arrecadação chegando a 370 mil cruzeiros, num jogo que não era fácil; vejamos a arrecadação obtida no Estádio do Café, na cidade de Londrina, no ano passado conservando a média de 350 mil cruzeiros por partida, média superior a mais da metade das Capitais brasileiras, provando efetivamente que Londrina tem equipamento urbano superior a muitas e muitas Capitais brasileiras.

Não falta portanto a disposição do povo, não falta portanto o entusiasmo da nossa população, entusiasmo tão grande que muitas vezes até é canalizada de forma diversa e diferente da pretendida no esporte. Eis porque, surge o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, pedindo providências da Secretaria de Segurança para que não haja verdadeiros massacres nos estádios esportivos do Estado do Paraná.

Então, entusiasmo existe e existe sobejamente. Apenas, mal canalizado, por falta de segurança, por falta de orientação e, sobretudo, por falta de respeito ao público esportivo do Paraná, fazendo com que esse entusiasmo, essa emoção, sejam canalizados de forma errônea, de forma violenta e alheante.

Mas, a culpa inteira cabe à Federação Paranaense de Futebol; as administrações desta Federação mudam apenas de filiação, mudam apenas de roupagem mas, na essência, continua sempre o mesmo descabro e, era hora desta Casa, mais uma vez, pedir uma renovação, reforma de base da estrutura geral da Federação Paranaense de Futebol. Já houve tempo em que esta Casa, em Legislaturas passadas e mesmo em outro período, pedia, insistentemente, intervenção federal na Federação Paranaense de Futebol. Eu já não digo intervenção federal porque aí está o Ministério de Educação e Cultura ocupado por um paranaense que já militou na nossa política, já disputou postos, já foi

Prefeito desta cidade, já foi deste Estado também seu Governador e não pode alegar ignorância do panorama e da paisagem paranaense.

Sob a jurisdição deste Ministério da Educação e Cultura está o Conselho Nacional de Esportes que sabe, sente e que aqui acontece mas, cruzam os braços e dão de ombros, não preocupados, de forma alguma, com a segurança dos milhares de espectadores que se dirigem, todos os domingos, à tarde, aos estádios de futebol e, lá, a família pode ser, violentamente, massacrada, ela que foi buscar, ela que foi buscar apenas algumas horas de lazer, em cidades onde poucas são as opções de lazer público.

Tem o aparte o Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O Sr. Valter Pietrângelo — Apenas para agradecer ao Sr. Deputado Renato Bernardi pelo interesse que demonstra pela nossa matéria e para parabenizar V. Exa. por este comentário, este pronunciamento realmente profundo, muito bem colocado, que bem demonstra o conhecimento que V. Exa. tem sobre a matéria esportiva. E dizer-lhe que nós propusemos o requerimento, realmente, entristecidos e até assustados, pela ferocidade por esta onda de violências que toma conta dos nossos torcedores e até de profissionais.

Mas, V. Exa. enfocou a matéria também sob um outro aspecto e, talvez, até mais importante: é o problema político que envolve a Federação Paranaense de Futebol; e o problema econômico e, tão somente o econômico, que interessa também à Federação Paranaense de Futebol. Nós estamos chegando a um estágio, nisso tudo, Sr. Deputado, que a Federação Paranaense de Futebol não terá outra saída a não ser estabelecer uma atitude enérgica e drástica que será aquela de interditar a prática do futebol nas cidades onde ocorram cenas de selvageria como as que houveram recentemente, na partida de futebol que disputou Paranavaí-Londrina, na cidade de Paranavaí, onde jogador teve o braço fraturado, outro jogador teve a face bastante, gravemente machucada e a imprensa noticiou que tudo isto, também, teve a participação, por falta de autoridade, por falta de competência do árbitro da partida e de dirigentes de clubes.

Pois bem, Deputado Renato Bernardi, a parte enfocada por V. Exa. também demonstra que é falta de segurança desviar os objetivos de uma entidade; que é falta de segurança organizar um calendário estúpido como este, que inclui um time como o Mourãoense, Campo Mourão, que está a 80 quilômetros de Maringá, na região Sul. Jogar o time que disputar partidas de futebol em União da Vitória, Curitiba, enfim aqui na região Sul, do Estado do Paraná. Acho que é uma falta de segurança muito grave se permitir que jogadores de futebol, se não tiverem realmente uma personalidade bem formada, pratiquem atos inconvenientes ilegais, à noite, para poderem se alimentar durante o dia.

É apenas isso, Deputado. Mais uma vez, meus parabéns pelo pronunciamento de V. Exa., que demonstra realmente o seu amplo conhecimento sobre atividades esportivas.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa., e devo dizer a esta Casa que há cenas dantescas, de se verem ônibus da delegação da torcida organizada de Londrina serem apedrejados, danificados e arrebatados; há cenas dramáticas de se verem torcedores da torcida organizada do Grêmio Esportivo Maringá, com braços engessados, com rosto coberto de sangue, com seus carros arrebatados, com vidros estilhaçados; há cenas de ver-se uma delegação do interior, que deveria estar em concentração, esperando o jogo da 5ª feira Santa, apelar para um Deputado pensando que se pudesse usar verba de assistência social para se pagar jantar de uma empresa de futebol e coisas semelhantes, são cenas que não podem mais se repetir no Paraná.

Cidade do porte de Cascavel, Guarapuava, Apucarana, fora de uma disputa de conagração estadual, não pode também acontecer no regulamento desta Federação.

É muito mais do que isso, Sr. Deputado Valter Pietrângelo,

autor deste requerimento, muito mais do que pedir apenas informações à Secretaria de Segurança Pública e à Federação Paranaense de Futebol. Muito mais do que exigir delas providências para que essas cenas não se repitam.

Termino aqui a apreciação que faço sobre a matéria de V. Exa., dizendo que nós temos que ir além. É preciso também que, ou a Federação assume a sua posição de responsabilidade dentro do contexto esportivo paranaense e brasileiro, ou então os homens de responsabilidade do Paraná tenham também a coragem de exigir aquilo que a opinião pública do Paraná também está querendo: uma intervenção de fato nesta Federação, para que finalmente não haja o engano da nossa juventude, citando o caso de dois ou três atletas bem sucedidos, como o caso do Jairo, como o caso de um outro atleta de Londrina, de outro atleta do Grêmio Esportivo de Maringá, e se leva a juventude a dimensionar a partir de amplos interesses a sua atividade, a sua energia, a sua motivação. E que depois, ingressando neste campo de opção pessoal, estes mesmos jovens passem os momentos dramáticos, humilhantes, vexatórios e anti-humanos porque passou a delegação da Associação Esportiva Recreativa Mourãoense e de tantos e tantos outros atletas que vegetam no submundo do esporte profissional do nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Encerrada a discussão; em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, permaneçam como estão. — APROVADO.

A Presidência deseja comunicar aos Srs. Deputados que determinou a instalação de um bip eletrônico acoplado ao serviço de som da Casa, procurando desta forma ao acioná-lo, advertir aos Srs. Deputados que porventura se encontrem em seus gabinetes de trabalho no edifício anexo possam ao identificar este novo som, se aperceberem que no plenário se está fazendo verificação de votação ou constatação de quorum com chamada nominal.

Alerta portanto, aos Srs. Deputados que, doravante, soará este novo som que passará a ser o característico de advertência da necessidade da presença dos Srs. Deputados no plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 2 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 54/75.

Levanta-se a sessão.